

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Compras, Contratos e Convênios

CONCORRÊNCIA N° 01/2024/SEMOB/DF**EDITAL DE LICITAÇÃO**

CONCESSÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO

SUMÁRIO**CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. DEFINIÇÕES
2. OBJETO
3. TIPO DE LICITAÇÃO
4. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO
5. PRAZO
6. VISITA TÉCNICA
7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
8. CONSÓRCIOS
9. ESCLARECIMENTOS À LICITAÇÃO
10. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL
11. REGRAS COMUNS AOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
12. CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

CAPÍTULO II – DOCUMENTOS PARA LICITAÇÃO

13. REGRAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA ECONÔMICA
14. DO CREDENCIAMENTO
15. GARANTIA DA PROPOSTA – ENVELOPE 1
16. PROPOSTA ECONÔMICA – ENVELOPE 2
17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 3

CAPÍTULO III – PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

18. CRONOGRAMA DE EVENTOS
19. ABERTURA, EXAME E ANÁLISE DA GARANTIA DA PROPOSTA – ENVELOPE 1
20. ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS – ENVELOPE 2
21. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 3
22. DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES E SANEAMENTO DE FALHAS

23. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
24. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
- CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES ATINENTES AO CONTRATO
25. CONVOCAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO
26. CONSTITUIÇÃO DA CONCESSIONÁRIA
27. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

CAPÍTULO V – SANÇÕES

28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

29. FORO
30. COMUNICAÇÕES
31. CONTAGEM DE PRAZOS
32. DO RESSARCIMENTO
33. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

PREÂMBULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00090-00021800/2023-33

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA.

TIPO: MAIOR OFERTA DE OUTORGA.

OBJETO: CONCESSÃO DA GESTÃO DO COMPLEXO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DO DISTRITO FEDERAL E ÁREAS ADJACENTES, INCLUINDO SUA RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXPLORAÇÃO.

PRAZO DA CONCESSÃO: 20 (VINTE) ANOS.

O Governo do Distrito Federal, na qualidade de PODER CONCEDENTE e por meio da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, torna público que fará realizar a LICITAÇÃO acima identificada, sob a modalidade de concorrência nacional, para a seleção de proposta mais vantajosa e outorga de Concessão da Gestão do Complexo da Rodoviária do Plano Piloto do Distrito Federal e áreas adjacentes, incluindo sua recuperação, modernização, operação, manutenção, conservação e exploração, em conformidade com a Lei Federal nº 8.987/1995 e a Lei Distrital nº 7.358/2023 e, no que for aplicável, e demais normas que regem a matéria, regulando-se pelo disposto no presente EDITAL, sem prejuízo das demais LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.

Será adotado, para fins de julgamento, o critério de maior oferta, a ser paga para o PODER CONCEDENTE observados os parâmetros definidos neste EDITAL e nos seus ANEXOS, conforme o disposto no artigo 15, inciso II, da Lei Federal nº 8.987/1995.

Os envelopes devidamente lacrados, contendo a documentação descrita neste EDITAL deverão ser entregues até as 10h00 do dia 05/04/2024 no Protocolo da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, situado no SAUS - Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, bloco G, lotes 3 e 5, Edifício Telemundi I - Asa Sul - Brasília - DF - CEP: 70.070-010.

A abertura dos envelopes contendo a documentação dos LICITANTES ocorrerá no dia 05/04/2024 às 10h00, no endereço Auditório no Térreo da SEMOB, localizada no SAUS - Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, bloco G, lotes 3 e 5, Edifício Telemundi I - Asa Sul - Brasília - DF - CEP: 70.070-010.

A presente licitação foi aprovada pelo Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, conforme Despacho – SEMOB/GAB (130170828).

A realização de estudos prévios à concessão foi autorizada em 11 de abril de 2019 em reunião conjunta Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e o Grupo de Deliberação de Concessões, conforme Ata publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 30 de abril de 2019.

Os estudos foram desenvolvidos no Procedimento de Manifestação de Interesse nº 5/2019/SEMOB e submetidos à Consulta Pública no período de 23 de outubro de 2020 até 24 de novembro de 2020 e à Audiência Pública em 10 de novembro de 2020, conforme disposto no artigo 10, inciso VI e § 3º da Lei Distrital nº 3.792/2006 e demais normas aplicáveis.

O aviso sobre este Edital foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal na data de 05/02/2024, bem como no endereço eletrônico www.semob.df.gov.br.

As retificações do EDITAL, decorrentes de iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão todas as LICITANTES e serão divulgadas pela imprensa, da mesma forma que se deu a publicidade do presente EDITAL.

Brasília, 02 de fevereiro de 2024.

Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DEFINIÇÕES

1.1. Os termos e expressões listados no ANEXO I, sempre que grafados com letra maiúscula, terão o significado ali atribuído, sem prejuízo de outros termos e expressões definidos nos ANEXOS ao presente EDITAL, ou, ainda, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

1.2. Integram o presente EDITAL, seus ANEXOS, o CONTRATO e seus anexos.

ANEXO I – Termos e Definições.

ANEXO II – Modelos e Declarações.

ANEXO III – Minuta de Contrato de Concessão.

Anexos ao Contrato de Concessão;

- **Anexo 1** - Plano de Investimentos e Operação – PIO.

Anexo A - Croquis e Desenhos.

Anexo B - Centro de Controle Operacional - CCO.

- **Anexo 2** – Certificadora.
- **Anexo 3** – Pesquisa de Satisfação do Usuário.
- **Anexo 4** – Fator de Desempenho – FD.

Matriz de Risco.

Cronograma Físico-financeiro.

Cadernos Técnicos e Estudos.

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente LICITAÇÃO é a concessão da gestão do COMPLEXO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DO DISTRITO FEDERAL e áreas adjacentes, incluindo sua recuperação, modernização, operação, manutenção, conservação e exploração, conforme definidas no CONTRATO e seus ANEXOS.

3. TIPO DE LICITAÇÃO

3.1. Esta LICITAÇÃO será julgada pelo critério de maior oferta, consistente no maior VALOR DE OUTORGA ANUAL a ser paga ao PODER CONCEDENTE, observados os parâmetros definidos neste EDITAL e nos seus ANEXOS, conforme o disposto no artigo 15, inciso II, da Lei Federal nº 8.987/1995 e em conformidade com a Lei Distrital nº 7.358/2023.

4. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

4.1. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ 119.786.143,00 (cento e dezenove milhões setecentos e oitenta e seis mil e cento e quarenta e três reais), na data base de dezembro de 2019, que corresponde ao valor dos investimentos estimados para execução das obrigações do CONTRATO.

5. PRAZO

5.1. O prazo de vigência do CONTRATO é de 20 (vinte) anos contados da ORDEM DE INÍCIO, em conformidade com o CONTRATO.

6. VISITA TÉCNICA

6.1. Os LICITANTES poderão, a seu critério e sob sua responsabilidade, vistoriar o local onde será desenvolvida a CONCESSÃO, para a verificação das condições locais, com a finalidade de obter avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários, forma e condições de suprimento, meios de acesso aos locais e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à demonstração de sua qualificação técnica e da preparação de sua PROPOSTA ECONÔMICA.

6.2. A vistoria ou Visita Técnica poderá ser realizada até o 6º dia útil anterior à data de ENTREGA DAS PROPOSTAS e deverá ser solicitada à Administração da Rodoviária, podendo requisitar apoio da SEMOB para o agendamento através de correspondência dirigida ao endereço eletrônico cecon@semob.df.gov.br.

6.3. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO considerará que a DOCUMENTAÇÃO apresentada foi elaborada com perfeito conhecimento do local onde será implantado o projeto, não podendo a LICITANTE, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos, ou condições do CONTRATO, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre este.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar da presente LICITAÇÃO sociedades, fundos e pessoas jurídicas, brasileiras, incluídos instituições financeiras e entidades de previdência complementar e fundos de investimento isoladas ou reunidas em CONSÓRCIO, ou estrangeiras em CONSÓRCIO com empresas brasileiras, que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL.

7.1.1. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

7.2. Não poderão participar desta LICITAÇÃO, direta ou indiretamente, isoladamente ou em CONSÓRCIO, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação (Decreto Distrital nº 39.860/2019); e pessoas jurídicas:

- I - Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o PODER PÚBLICO;
- II - Suspensas do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com o DISTRITO FEDERAL;
- III - Em processo de falência ou em recuperação judicial ou extrajudicial, ressalvada a hipótese em que o plano de recuperação, a ser apresentado na fase de habilitação, já tenha sido aprovado e homologado em juízo;
- IV - Cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Distrito Federal ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 120 (cento e vinte) dias anteriores a data de publicação do EDITAL;
- V - Cujos dirigentes, administradores, proprietários ou sócios com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:
 - a) agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou
 - b) agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Decreto Distrital nº 32.751/2011).
- VI - LICITANTES, incluindo suas coligadas, controladas, controladoras ou outra sociedade sob controle comum, que participem em mais de um CONSÓRCIO ou, de qualquer forma, que resulte em mais de uma proposta por parte da referida sociedade e/ou grupo empresarial na LICITAÇÃO;
- VII - Que estejam interditadas por crimes ambientais, nos termos do art. 10 da Lei Federal 9.605/98.

7.3. O PODER CONCEDENTE manterá à disposição dos interessados os demais dados, estudos e informações referentes ao objeto da LICITAÇÃO.

7.4. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelos LICITANTES em razão da presente LICITAÇÃO correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando o Distrito Federal isento de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da LICITAÇÃO.

7.5. Poderão participar, direta ou indiretamente, da presente LICITAÇÃO, todos os participantes do Procedimento de Manifestação de Interesse nº 5/2019/SEMOB/DF, inclusive os autores ou responsáveis econômicos pelos projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados, independente de respectivos estudos haverem sido selecionados, rejeitados ou eventualmente não apresentados.

8. CONSÓRCIOS

8.1. Os documentos de habilitação deverão ser entregues por cada uma das consorciadas, sendo observadas as regras deste item.

8.2. Para comprovação da qualificação econômico-financeira do CONSÓRCIO, o valor do patrimônio líquido a ser comprovado será acrescido de 10% (dez por cento) do valor exigido no item 17.11 e ANEXO II deste Edital, ressalvando-se que o patrimônio líquido de cada membro do CONSÓRCIO deverá ser igual ou superior ao valor do patrimônio líquido exigido do CONSÓRCIO multiplicado pelo valor percentual da sua participação no CONSÓRCIO.

8.3. A Qualificação Econômico-Financeira constantes do item 17.11 deverão ser atendidos pelo somatório dos valores de cada consorciado, nos termos do inciso III do art. 15 da Lei 14.133/2021.

8.4. Deverá ser apresentado, nos documentos relativos à habilitação jurídica, TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, conforme ANEXO II, subscrito por todas as consorciadas, contemplando:

- I - A denominação do CONSÓRCIO;
- II - Os objetivos do CONSÓRCIO, restritos à participação na LICITAÇÃO;
- III - A indicação da porcentagem de participação das consorciadas no CONSÓRCIO;
- IV - A indicação da empresa líder do CONSÓRCIO;
- V - A outorga de amplos poderes à empresa líder do CONSÓRCIO para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à LICITAÇÃO, podendo assumir obrigações em nome do CONSÓRCIO;
- VI - Declaração expressa de todos os participantes do CONSÓRCIO, vigente a partir da data de apresentação das propostas, de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos do inciso V, do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/21, no tocante ao objeto desta LICITAÇÃO, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas nas propostas;
- VII - A responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato; e
- VIII - Compromisso de que, caso venha a ser vencedor da LICITAÇÃO, promoverá, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro de sociedade de propósito específico, em conformidade com as exigências formuladas no edital para essa especificidade.

8.5. É vedada a participação de uma mesma sociedade: pessoa jurídica (incluindo suas coligadas, controladas, controladoras ou outra sociedade sob controle comum) em mais de um consórcio, bem como de qualquer outro arranjo empresarial que resulte na apresentação de mais de uma proposta por parte de uma mesma sociedade.

8.6. A inabilitação ou desclassificação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação do CONSÓRCIO da presente LICITAÇÃO.

8.7. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou a alteração da participação de qualquer consorciada, desde a apresentação dos envelopes até a assinatura do CONTRATO.

9. ESCLARECIMENTOS À LICITAÇÃO

9.1. Até o dia 02/04/2024, os LICITANTES poderão requerer esclarecimentos sobre o EDITAL ao presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, mediante o envio de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhado ao endereço eletrônico: cecon@semob.df.gov.br, contendo o arquivo com as questões formuladas, em formato "Word", conforme modelo do ANEXO II.

9.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO responderá todos os pedidos de esclarecimento solicitados em até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para a ENTREGA DAS PROPOSTAS e disponibilizará as respostas aos pedidos de esclarecimento a todas as LICITANTES, sem identificação da fonte do questionamento, no sítio eletrônico www.semob.df.gov.br.

9.3. As respostas aos pedidos de esclarecimento se tornarão parte integrante do EDITAL para todos os efeitos de direito.

9.4. Não sendo formulados pedidos de esclarecimentos sobre a LICITAÇÃO, pressupõe-se que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito da LICITAÇÃO,

não restando direito às LICITANTES para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação na LICITAÇÃO implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL e seus ANEXOS.

10. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o EDITAL, devendo protocolizar a impugnação por meio do endereço eletrônico: cecon@semob.df.gov.br, endereçando-a ao presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, em até 3 (três) dias úteis antes da data estipulada para ENTREGA DA PROPOSTA, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/21, devendo a COMISSÃO DE LICITAÇÃO julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

10.2. A impugnação deverá ser instruída:

- I - Com cópia do documento de identidade do seu signatário, quando este for pessoa física; ou,
- II - Com comprovação dos poderes de representação legal do signatário, quando apresentada por pessoa jurídica.

10.3. A apresentação de impugnação não impedirá a participação na LICITAÇÃO.

10.4. As respostas à impugnações serão divulgadas no endereço eletrônico cecon@semob.df.gov.br

11. REGRAS COMUNS AOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

11.1. Em qualquer ocasião, até a data designada para a ENTREGA DA PROPOSTA, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, a seu exclusivo critério, em consequência de esclarecimentos, impugnações ao EDITAL e/ou qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o EDITAL.

11.2. Qualquer modificação no EDITAL exigirá divulgação pela mesma forma em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação dos envelopes, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a forma de apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como, a formulação da PROPOSTA ECONÔMICA.

12. CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

12.1. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada por uma COMISSÃO DE LICITAÇÃO, conforme as regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.

12.2. A fase de habilitação consistirá na análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do LICITANTE.

12.3. Na fase de julgamento das propostas, serão avaliadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas pelos LICITANTES habilitados em conformidade com as exigências deste EDITAL.

12.3.1. Os LICITANTES deverão formular suas PROPOSTAS ECONÔMICAS com base nos critérios definidos neste EDITAL e em seus ANEXOS.

12.4. Será declarado vencedor o LICITANTE melhor classificado que ofertar a proposta de maior VALOR DE OUTORGA.

12.5. A intimação e a divulgação dos atos desta LICITAÇÃO serão feitas por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal e no sítio eletrônico www.semob.df.gov.br, podendo também a COMISSÃO DE LICITAÇÃO o fazer por outros meios de comunicação (fax, internet, etc.).

12.6. Os LICITANTES devem examinar todas as disposições deste EDITAL e seus ANEXOS, implicando a apresentação de documentação e respectivas propostas na aceitação incondicional dos termos deste instrumento convocatório.

12.6.1. Após a ENTREGA DA PROPOSTA, não caberá ao LICITANTE desistir de sua proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

CAPÍTULO II – DOCUMENTOS PARA LICITAÇÃO

13. REGRAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA, DA PROPOSTA ECONÔMICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A GARANTIA DA PROPOSTA, a PROPOSTA ECONÔMICA e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados, na data prevista, conforme segue:

13.1.1. A documentação deverá ser encadernada, rubricada e numerada sequencialmente e ainda conter, no início, um índice das matérias e das páginas correspondentes e, ao final, um termo de encerramento, de modo a refletir o número exato de páginas;

13.1.2. Todas as folhas deverão estar visitadas e a última folha de cada caderno deverá ser assinada pelo representante legal da LICITANTE;

13.1.3. Todos os documentos apresentados na presente LICITAÇÃO deverão ser entregues em língua portuguesa, datilografados ou impressos de forma legível;

13.1.4. Documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas somente serão admitidos mediante a confirmação de autenticidade pela Representação Diplomática ou Consular do Brasil no país de origem do documento, e desde que devidamente traduzidos para o português por tradutor público juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil;

13.1.5. São dispensados do reconhecimento pela Representação Consular brasileira do país de origem, documentos estrangeiros que se enquadrem nas previsões da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 148/2015 e promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660/2016; e

13.1.6. No caso de divergência entre o documento no idioma original e a sua tradução, prevalecerá o texto traduzido para a Língua Portuguesa.

13.2. Os documentos equivalentes apresentados pelas pessoas jurídicas estrangeiras deverão possibilitar a clara identificação do seu conteúdo, validade e eficácia, cabendo ao LICITANTE indicar a que item e a que exigência do EDITAL o documento corresponde.

13.2.1. Na hipótese de não existir documentação equivalente nos respectivos países de origem, as pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar declaração formal e expressa, assinada por seu representante de órgão público oficial do país de origem, informando circunstanciadamente tal situação e pontuando expressamente quais os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, dentre os exigidos pelo EDITAL, para os quais inexistente equivalência no país de origem, além de declaração firmada por seu representante, consignando, sob as penas da lei, que atendem às exigências do respectivo item deste EDITAL não coberto pela documentação do país de origem, sendo facultada ao PODER CONCEDENTE, em qualquer caso, a promoção de diligências na forma prevista neste EDITAL.

13.3. A GARANTIA DA PROPOSTA, a PROPOSTA ECONÔMICA e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos nesta LICITAÇÃO deverão ser apresentados em 3 (três) envelopes lacrados opacos, fechados, indevassáveis, distintos e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE 1 – Garantia da Proposta:

CONCORRÊNCIA Nº 01/2024 -

OBJETO: concessão da gestão do COMPLEXO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DO DISTRITO FEDERAL e áreas adjacentes, incluindo sua recuperação, modernização, operação, manutenção, conservação e exploração

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO

ENVELOPE 1 – GARANTIA DA PROPOSTA

ENVELOPE 2 – Proposta Econômica:

CONCORRÊNCIA Nº 01/2024

OBJETO: concessão da gestão do COMPLEXO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DO DISTRITO FEDERAL e áreas adjacentes, incluindo sua recuperação, modernização, operação, manutenção, conservação e exploração

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO

ENVELOPE 2 – PROPOSTA ECONÔMICA

ENVELOPE 3 – Documentos de Habilitação:

CONCORRÊNCIA Nº 01/2024

OBJETO: concessão da gestão do COMPLEXO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DO DISTRITO FEDERAL e áreas adjacentes, incluindo sua recuperação, modernização, operação, manutenção, conservação e exploração

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO

ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

13.4. Quando da apresentação da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA ECONÔMICA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, as LICITANTES expressam pleno conhecimento de que:

- I - Respondem pela veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos que apresentarem;
- II - Autorizam a COMISSÃO DE LICITAÇÃO a proceder, em qualquer fase da LICITAÇÃO, às diligências que entender necessárias destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes; e,
- III - Conhecem as condições e as características dos SERVIÇOS.

13.5. Não serão aceitas, posteriormente à entrega da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA ECONÔMICA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO modificações e complementações sob alegação de insuficiência de dados ou informações, salvo aquelas necessárias ao saneamento de falhas ou correções de caráter formal no curso do procedimento, e desde que realizadas no prazo estipulado pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

13.6. Além das prerrogativas que decorram da sua função, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá:

- I - Solicitar às LICITANTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por eles apresentados;
- II - Promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da LICITAÇÃO, podendo se valer do apoio de equipe técnica;
- III - Prorrogar ou antecipar, respeitados os limites legais, os prazos de que trata o EDITAL, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior;
- IV - Suspender qualquer sessão pública, no curso do procedimento de licitação, convocando as LICITANTES para outra sessão, em local, data e horário oportunamente divulgados no DODF.

14. DO CREDENCIAMENTO

14.1. Os LICITANTES serão representados durante a LICITAÇÃO por representantes credenciados por meio de carta de credenciamento, nos moldes do ANEXO II (MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO) deste EDITAL, devidamente assinada, outorgando amplos poderes de decisão ao credenciado, inclusive para receber informações, ser notificado e desistir de recursos, observado que:

- 14.1.1. As cartas de credenciamento deverão conter firma reconhecida e estar acompanhadas dos documentos que comprovem a legitimidade da outorga dos poderes mencionados no item acima; e,
- 14.1.2. Caso o credenciado seja titular, sócio ou diretor da LICITANTE, deverá apresentar documento que comprove seus poderes para representá-la.

14.2. As cartas de credenciamento deverão ser exibidas à COMISSÃO DE LICITAÇÃO antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, pelos próprios portadores, devidamente identificados por meio da apresentação de documento oficial com foto.

- 14.2.1. A carta de credenciamento será retida pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO para inclusão no processo administrativo.

14.3. A não apresentação ou a incorreção do (s) documento (s) para o credenciamento não inabilitará ou desclassificará a LICITANTE, mas impedirá o credenciado ou representante legal de se manifestar ou responder pela LICITANTE nas respectivas sessões, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

14.4. Para o bom andamento dos trabalhos, cada LICITANTE deverá indicar, no máximo, 2 (dois) representantes credenciados, nos termos desta Seção, que serão os únicos com poderes para se manifestar durante as sessões desta LICITAÇÃO.

14.5. Todas as manifestações cabíveis deverão ser feitas por escrito, sendo anexadas aos autos, vedada a réplica ou a tréplica oral durante as sessões.

15. GARANTIA DA PROPOSTA – ENVELOPE 1

15.1. A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser entregue em 2 (duas) vias, sendo uma via impressa, original, ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, sem emendas ou rasuras, e outra uma cópia fiel da via impressa, em meio digital (CD ou Pen drive ou HD externo).

15.2. GARANTIA DE PROPOSTA, no valor mínimo de R\$ 1.197.861,00 (um milhão e cento e noventa e sete mil e oitocentos e sessenta e um reais), correspondente a 1% (um por cento) do VALOR DO CONTRATO, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. O volume da Garantia da Proposta deverá conter, conforme o caso:

- I - O instrumento da fiança bancária;
- II - A apólice do seguro-garantia; ou
- III - Declaração de que prestou garantia nas modalidades pecuniária ou em títulos públicos federais, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

15.4. A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ter vigência de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de ENTREGA DAS PROPOSTAS, devendo ter prorrogado o seu prazo de validade pelo mesmo prazo, pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, às expensas das próprias LICITANTES, caso expire antes da data da assinatura do CONTRATO, sob pena de desclassificação na presente CONCORRÊNCIA, se assim solicitado pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO e manifestado interesse da LICITANTE em permanecer no certame licitatório.

15.4.1. No caso de renovação, a GARANTIA DA PROPOSTA será reajustada pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, pelo período compreendido entre o mês anterior da data de ENTREGA DA PROPOSTA e o mês anterior à renovação da GARANTIA DA PROPOSTA.

15.4.2. A manutenção das condições de qualificação da LICITANTE é condicionada à regular renovação da respectiva GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos previstos no item 15.4.

15.5. As LICITANTES deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da Garantia da Proposta:

15.5.1. Se a LICITANTE for consórcio, a GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser apresentada em nome de qualquer uma das consorciadas, em nome do consórcio ou, alternativamente, na proporção da participação de cada consorciada no CONSÓRCIO, desde que o somatório das participações atinja o valor total da GARANTIA DA PROPOSTA.

15.5.2. No caso de oferecimento, em garantia, de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, a LICITANTE deverá constituir caução bancária, expressa em documento original, dirigido ao PODER CONCEDENTE, datado e assinado por instituição financeira custodiante da caução ou dos títulos dados em garantia e da qual conste que:

15.5.2.1. O valor pecuniário ou os referidos títulos, claramente identificados, ficarão caucionados em favor do PODER CONCEDENTE como GARANTIA DA PROPOSTA da LICITANTE relativa ao Edital; e

15.5.2.2. O PODER CONCEDENTE poderá executar a caução nas condições previstas neste EDITAL.

15.6. As LICITANTES que não apresentarem a GARANTIA DA PROPOSTA nas condições estabelecidas neste EDITAL estarão impedidas de participar da Licitação e terão os demais documentos devolvidos.

15.7. Encerrada a Licitação, as GARANTIAS DAS PROPOSTAS de cada LICITANTE serão devolvidas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

15.7.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela LICITANTE vencedora da Licitação, inclusive nos casos de desclassificação por fato superveniente, dará causa à execução da Garantia da Proposta, mediante notificação, pelo PODER CONCEDENTE, à LICITANTE inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital ou na legislação aplicável.

15.7.2. A Garantia da Proposta responderá pelas penalidades e indenizações devidas pelas LICITANTES ao PODER CONCEDENTE durante a Licitação e até a data da assinatura do CONTRATO.

16. PROPOSTA ECONÔMICA – ENVELOPE 2

16.1. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, investigações, levantamentos, atualizações e estudos, bem como desenvolver projetos para permitir a apresentação de sua PROPOSTA ECONÔMICA.

16.2. A PROPOSTA ECONÔMICA será apresentada no original, em uma única via, digitada em linguagem clara e objetiva, nos exatos termos do modelo constante do ANEXO II, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada pelo responsável legal da LICITANTE ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome desta, inclusive o representante credenciado.

16.3. A PROPOSTA ECONÔMICA deverá conter a oferta referente ao VALOR DE OUTORGA ofertada, não inferior a 4,30% (quatro vírgula trinta por cento) sobre a RECEITA BRUTA, que deve ser expresso em valores numéricos em termos percentuais e por extenso, com duas casas decimais, que será pago na forma prevista no CONTRATO.

16.4. Na formulação de sua PROPOSTA ECONÔMICA, a LICITANTE deverá considerar:

- 16.4.1. Todos os investimentos, tributos, verbas de fiscalização, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando, às financeiras, necessárias para a exploração da CONCESSÃO;
- 16.4.2. Os riscos a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA em virtude da exploração da CONCESSÃO;
- 16.4.3. A descrição da estrutura dos financiamentos que o LICITANTE pretende utilizar para a execução os investimentos ressalvada a faculdade de alteração desta estrutura no curso do CONTRATO;
- 16.4.4. Os INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 4 do CONTRATO.
- 16.4.5. A reversibilidade dos bens de patrimônio da CONCESSIONÁRIA, observadas as condições fixadas no CONTRATO;
- 16.4.6. As premissas operacionais apresentadas no CONTRATO e seus ANEXOS.

16.5. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste EDITAL, nem de preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais LICITANTES.

16.5.1. É vedada a inclusão de qualquer outro documento ou informação no envelope 2.

16.6. O prazo de validade das PROPOSTAS ECONÔMICAS deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados da data designada para ENTREGA DA PROPOSTA.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 3

17.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues em 2 (duas) vias, sendo uma via impressa, original, ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, sem emendas ou rasuras, e outra uma cópia fiel da via impressa, em meio digital (Pen drive ou HD externo).

17.2. As LICITANTES estão obrigadas a satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto no presente EDITAL.

17.3. As certidões exigidas para habilitação das LICITANTES emitidas sem indicação do prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 3 (três) meses, contados da data de sua emissão.

17.4. Serão admitidas certidões obtidas pela internet, desde que tenham sido emitidas por sítio eletrônicos oficiais e que o documento contenha a indicação do sítio eletrônico em que poderá ser verificada a autenticidade da informação.

17.4.1. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o LICITANTE poderá ser inabilitado.

17.5. Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões para efeitos de habilitação na LICITAÇÃO.

17.6. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do LICITANTE vencedor.

17.7. **Habilitação Jurídica** - A habilitação jurídica da LICITANTE se comprovará mediante:

- I - No caso de empresa individual, apresentação do registro comercial da LICITANTE;
- II - Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social da LICITANTE que estiver em vigor, ou o respectivo instrumento de consolidação estatutária ou contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver, devidamente registrados no órgão de registro do comércio do local de sua sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- III - No caso de sociedades civis, apresentação da inscrição do ato constitutivo da LICITANTE e todas as suas alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento que demonstre a diretoria em exercício; e
- IV - Termo de compromisso de Constituição de consórcio no caso de LICITANTES reunidos em CONSÓRCIO.

17.8. **Regularidade Fiscal e Trabalhista** - A regularidade fiscal da LICITANTE se comprovará mediante:

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal e/ou Estadual ou Distrital, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade;
- III - Certidão negativa conjunta, ou positiva com efeito de negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos

administrados pela RFB e à dívida ativa da União administrada pela PGFN;

IV - Prova de regularidade do Imposto Sobre Serviços (ISS), de acordo com o objeto social da LICITANTE relativo ao Município onde se encontra instalada a sua sede;

V - Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Distrito Federal;

VI - Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de certidão de regularidade emitida pela Caixa Econômica Federal;

VII - Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.8.1. Caso o licitante não tenha inscrição municipal, em função do exercício das atividades previstas em seu objeto social, a certidão exigida no inciso IV deverá ser substituída por certidão de ausência de inscrição municipal.

17.9. **Qualificação Técnica** - A demonstração da qualificação técnica da LICITANTE consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

17.9.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da LICITAÇÃO através da apresentação de atestados que comprovem que o LICITANTE tenha executado para órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, no Brasil ou no exterior, ou ainda para empresas privadas, obras e serviços de características técnicas similares às do objeto da presente LICITAÇÃO, nos seguintes termos:

a) Operado, administrado, gerido e/ou conservado terminal rodoviário, com circulação de, no mínimo, 100.000 (cem mil) pessoas/dia ou com área igual ou superior a 25.000m².

I - Para fins do atendimento previsto no item anterior será admitido o somatório de atestados, desde que ao menos um atestado contenha o mínimo de 50.000 (cinquenta mil) pessoas/dia e/ou 12.500m² de área conservada.

II - Considerar-se-á compatíveis com terminal rodoviário serviços executados em aeroporto, rododferroviária, metrô e centro de convenções.

III - Apenas será admitido o atestado relativo à conservação onde ficar comprovada a limpeza e manutenção predial e de equipamentos, nas áreas civil, hidráulica e elétrica.

b) Reforma ou construção de edificação não residencial, incluindo de pavimentação em concreto, estrutura metálica em aço e instalações elétricas, hidráulicas, lógica, telefonia e SPDA, com área igual ou superior a 25.000m².

17.9.2. No caso de alterações societárias e nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento de empresas, somente serão considerados os atestados que comprovem de modo inequívoco a transferência definitiva de acervo técnico.

17.9.3. Para fins deste EDITAL, consideram-se pessoas jurídicas de direito público qualquer entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, assim como consideram-se pessoas jurídicas de direito privado aquelas listadas no art. 44 do Código Civil Brasileiro.

17.9.4. Serão admitidos, para efeito da comprovação da qualificação técnica do LICITANTE, os atestados emitidos em nome de CONTROLADA, CONTROLADORA, ou de entidade (s) sujeita (s) ao mesmo CONTROLE ou direção.

17.9.5. Na hipótese de utilização, por um LICITANTE, de atestados emitidos em nome de CONTROLADA, CONTROLADORA ou de entidade (s) sujeita (s) ao mesmo CONTROLE ou direção, o LICITANTE deverá declarar tal condição, acompanhando-a do respectivo organograma do grupo econômico e respectivas relações societárias, demonstrando efetivamente a vinculação entre as pessoas jurídicas.

17.9.6. O (s) atestados (s) deverão apresentar, de forma clara e inequívoca, as informações exigidas, em papel timbrado do responsável pela atestação, no original ou em cópia autenticada, devendo ainda conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Atividades a que se refere;

II - Local da realização das atividades a que se refere, com especificação do tipo de empreendimento;

III - Características das atividades a que se refere, incluindo o número de usuários/dia médio do equipamento;

- IV - Percentual de participação do LICITANTE no empreendimento a que se refere, quando for o caso;
- V - Datas de início e de término da realização das atividades e serviços a que se refere;
- VI - Descrição das atividades exercidas no consórcio pelo LICITANTE, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio;
- VII - Nome do emitente; e
- VIII - Nome e identificação do signatário do atestado, com informações atualizadas de seus telefones e endereço eletrônico de representante do emitente.

17.9.7. O LICITANTE deverá apresentar, de forma clara e inequívoca, os dados relevantes dos atestados apresentados, devendo, ainda, para eventual complementação de informações exigidas, anexar outros documentos comprobatórios pertinentes.

17.9.8. A conformidade dos atestados poderá ser confirmada por meio de diligência da COMISSÃO DE LICITAÇÃO destinada a averiguar a qualificação técnica do LICITANTE, nos termos deste EDITAL, sendo que o não atendimento dos requisitos do EDITAL implicará a inabilitação do LICITANTE, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

17.9.9. Não serão aceitos atestados ou contratos de demonstração ou testes.

17.9.10. Os atestados emitidos em nome de profissionais, serão aceitos, desde que haja termo de compromisso de contratação e exclusividade firmado entre o LICITANTE e o profissional em caráter irrevogável e irretratável.

17.9.11. A Comissão de Licitações poderá realizar diligências a fim de verificar a veracidade dos documentos apresentados, devendo a LICITANTE ainda, junto com seu acervo técnico apresentar o contrato de prestação de serviços e/ou nota fiscal.

17.9.12. A experiência exigida nos itens acima também poderá ser comprovada por meio de atestados emitidos em nome de empresa controlada, controladora ou sob o mesmo controle comum da LICITANTE, de forma direta ou indireta, desde que a empresa detentora do atestado figure como:

- a) Membro de consórcio responsável pelo investimento e/ou execução direta do empreendimento objeto do atestado, sendo que, neste caso, a empresa detentora do atestado seja a líder do consórcio;
- b) Pertencente ao mesmo grupo societário.

17.9.13. Na hipótese de serem apresentados atestados em nome de empresa CONTROLADA, CONTROLADORA ou sob o mesmo controle comum, na forma dos itens acima, a LICITANTE deverá apresentar o quadro de acionistas ou de sócios, conforme o caso, de modo a comprovar a relação existente entre a LICITANTE e a titular do atestado.

17.9.14. Na hipótese de a LICITANTE apresentar atestado em que figure como membro de consórcio, este apenas será aceito se indicar que a LICITANTE foi responsável pela experiência que está sendo demonstrada ou que tenha realizado participado com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor de investimento inicial provenientes de capital próprio e/ou de terceiros.

17.9.14.1. Para fins do atendimento dos quantitativos previstos neste subitem será admitida a somatória de atestados para o caso de participação através de CONSÓRCIO.

17.9.15. A conformidade dos atestados poderá ser confirmada por meio de diligência, sendo que a sua desconformidade implicará na inabilitação da LICITANTE, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

17.10. **Declarações** – A demonstração da qualificação da LICITANTE é condicionada ainda à:

- I - Declaração da LICITANTE de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quais sejam, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo constante do ANEXO II;
- II - Conforme modelo constante do ANEXO II;
- III - Declaração de inexistência de impedimentos, conforme modelo constante do ANEXO II; e
- IV - Declaração de veracidade dos documentos e informações, conforme modelo constante do ANEXO II.

17.11. **Qualificação Econômico-Financeira** - Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira da LICITANTE serão constituídos por:

- I - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação dos envelopes.
- a) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade em que tiver sede a LICITANTE, com a indicação do número das páginas transcritas no livro diário, e ser registrado nos órgãos competentes (Junta Comercial do Estado em que se localizar a sede da LICITANTE) ou na forma disciplinada pelo Decreto Federal nº 6.022/2007, bem como pela Instrução Normativa nº 1.774/2017, da Receita Federal;
- b) No caso de sociedade anônima, o balanço deverá estar publicado em órgãos de imprensa, na forma da legislação vigente, podendo também ser apresentado ata devidamente registrada no órgão competente, com a aprovação societária do balanço;
- c) Para empresas do tipo sociedade limitada, deve ser apresentado o balanço devidamente acompanhado da cópia do termo de abertura e encerramento do livro em que se acha transcrito, com o registro na Junta Comercial;
- d) Para empresas constituídas a menos de um exercício financeiro deve ser apresentado o Balanço de Abertura ou dos dois últimos balanços patrimoniais levantados, na forma do inciso I e §6º, do art. 69, da Lei Federal nº 14.133/21;
- I - Valor do Patrimônio Líquido equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, de R\$ 119.786.143,00 (cento e dezenove milhões setecentos e oitenta e seis mil e cento e quarenta e três reais), na data base de dezembro de 2019, cuja comprovação será feita por meio do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
- II - Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da LICITANTE, sendo que caso a LICITANTE esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentada a certidão positiva, juntamente com o Plano de Recuperação já devidamente homologado em Juízo.

CAPÍTULO III – PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

18. CRONOGRAMA DE EVENTOS

- 18.1. O desenvolvimento das etapas da CONCORRÊNCIA observará a ordem de eventos e cronograma indicados na tabela a seguir.
- 18.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO terá a prerrogativa de alterar as datas mencionadas ao longo do presente EDITAL e no cronograma abaixo (definir as datas).

DATA	EVENTO
-60 dias da DATA DA LICITAÇÃO	Publicação do EDITAL e Anexos
-60 dias da DATA DA LICITAÇÃO	Abertura do prazo para impugnação do EDITAL
-60 dias da DATA DA LICITAÇÃO	Abertura de prazo para solicitação de esclarecimentos ao EDITAL
-60 dias da DATA DA LICITAÇÃO	Abertura de prazo para solicitação de Visita Técnica
- 6 dias úteis da DATA DA LICITAÇÃO	Fim do prazo para a solicitação da Visita Técnica
- 3 DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA DE ABERTURA DO CERTAME	Fim do prazo para impugnação ao EDITAL
- 3 DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA DE ABERTURA DO CERTAME	Fim do prazo para apresentação de solicitação de esclarecimentos ao EDITAL
- 3 dias úteis da DATA DA LICITAÇÃO	Divulgação das respostas aos esclarecimentos ao EDITAL
05/04/2024	DATA DA ENTREGA DAS PROPOSTAS ou DATA DA LICITAÇÃO- Entrega dos documentos para a licitação Envelope nº 01, Envelope nº 02 e Envelope nº 03
	Análise das GARANTIAS DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA
	Estimativa da Divulgação da Ata e início do prazo de eventuais recursos contra o resultado preliminar.

	Estimativa do período recursal (interposição de recursos, contra-razões e julgamento)
	Estimativa da Publicação do resultado definitivo do Leilão
	Estimativa da Homologação do resultado do Leilão e adjudicação de seu objeto
	Estimativa da Assinatura do Contrato de Concessão

18.3. Eventuais modificações de datas serão divulgadas nos Sítios Eletrônicos da SEMOB e no DODF.

19. **ABERTURA, EXAME E ANÁLISE DA GARANTIA DA PROPOSTA – ENVELOPE 1**

19.1. Na mesma data da ENTREGA DA PROPOSTA, será aberto o envelope nº 1, contendo a GARANTIA DA PROPOSTA do LICITANTE, a fim de verificar o cumprimento das exigências contidas neste EDITAL.

19.2. Os documentos do envelope nº 1 serão rubricados pelos membros da COMISSÃO DE LICITAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES credenciados presentes e em seguida analisados pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

19.3. Verificado o atendimento das exigências contidas na Cláusula 15, do EDITAL, as LICITANTES terão proclamadas a sua GARANTIA DA PROPOSTA aceita ou não aceitas.

19.3.1. As LICITANTES que tiverem a sua GARANTIA DA PROPOSTA não aceitas serão desclassificadas e seus envelopes nº 2 e nº 3 serão descartados pela COMISSÃO.

19.4. O resultado da análise das GARANTIAS DA PROPOSTA, com o nome das LICITANTES desclassificadas, será divulgado mediante aviso publicado, uma única vez, na Imprensa Oficial.

19.5. Se todos os LICITANTES forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o PODER CONCEDENTE, a seu critério, poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas GARANTIAS DA PROPOSTA.

19.6. Todos os atos praticados na sessão serão lavrados em Ata assinada pelas LICITANTES presentes e pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

20. **ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS – ENVELOPE 2**

20.1. No dia útil posterior à publicação do aviso de desclassificação ou, em não havendo desclassificações, no dia útil posterior em que seria publicado o aviso de desclassificação, será aberto o envelope nº 2, contendo as PROPOSTAS ECONÔMICAS das LICITANTES que tiveram suas GARANTIAS aceitas, rubricando-se os documentos neles contidos e procedendo-se ao seu exame pelos membros da COMISSÃO DE LICITAÇÃO e pelos representantes presentes das LICITANTES, classificadas conforme Cláusula 19.

20.2. Serão desclassificadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS:

- I - Apresentadas em desacordo com o modelo contido no ANEXO II ou que não contiverem todos os documentos exigidos pelo EDITAL;
- II - Que contiverem rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- III - Que contiverem emendas, ressalvas ou omissões;
- IV - Que implicarem oferta submetida a condição ou termo não previstos neste EDITAL;
- V - Que não estiverem totalmente expressas em valores percentuais com duas casas decimais;
- VI - Que não estiverem redigidas em língua portuguesa;
- VII - Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada;
- VIII - Que contiverem vícios insanáveis.

20.3. Analisadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO as classificará em ordem decrescente de valor proposto, ficando classificada em primeiro lugar a LICITANTE cuja PROPOSTA ECONÔMICA apresentar a maior oferta de VALOR DE OUTORGA ANUAL.

20.3.1. Em caso de empate entre duas ou mais PROPOSTAS ECONÔMICAS, a classificação far-se-á por meio de sorteio realizado na mesma sessão, após a aplicação das regras indicadas no artigo 60, da Lei Federal nº 14.133/21.

20.4. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no Edital, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado;

20.5. Todos os atos praticados na sessão de julgamento serão lavrados em Ata assinada pelas LICITANTES presentes e pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

21. **ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 3**

21.1. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO abrirá os volumes dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apenas da LICITANTE que se classificar em primeiro lugar na CONCORRÊNCIA, conforme item 20.4.

21.2. Caso ocorra a inabilitação da LICITANTE cuja proposta inicialmente foi considerada a vencedora, esta será rejeitada e será declarada vencedora a proposta da LICITANTE classificada em segundo lugar.

21.3. A inabilitação da LICITANTE que tenha sua proposta considerada inicialmente vencedora implicará:

21.3.1. Na abertura dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE cuja proposta tenha sido classificada em segundo lugar, nos termos da item 20.3, e assim sucessivamente até que uma LICITANTE cumpra com os requisitos da habilitação, caso em que será considerada vencedora; e

21.3.2. Em havendo fraude, na fixação de multa equivalente ao valor da GARANTIA DA PROPOSTA e na execução integral da sua GARANTIA DA PROPOSTA.

21.4. A inabilitação de todas as LICITANTES torna sem efeito a CONCORRÊNCIA.

22. DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES E SANEAMENTO DE FALHAS

22.1. Eventuais falhas ou defeitos formais nos documentos apresentados pelos LICITANTES, referentes à GARANTIA DA PROPOSTA, à PROPOSTA ECONÔMICA ou aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, poderão ser relevados ou sanados, a juízo da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, mesmo que para tanto seja necessária a realização de diligência.

22.1.1. Considera-se como falha ou defeito formal aquele que (i) não desnature o objeto do documento apresentado, e que (ii) permita aferir, com a devida segurança ou mediante diligência, a informação constante do documento.

22.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá, em qualquer fase da LICITAÇÃO, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da LICITAÇÃO.

22.3. Os LICITANTES deverão cumprir as exigências formuladas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma única vez, a exclusivo critério da Comissão, caso haja justificativa.

23. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

23.1. Das decisões da COMISSÃO DE LICITAÇÃO caberá recurso, nos termos dos artigos 165 à 168 da Lei Federal Nº 14.133/21, a ser protocolizado por meio do endereço eletrônico: cecon@semob.df.gov.br.

23.1.1. Não serão aceitos recursos enviados pela internet, via e-mail ou por fac-símile.

23.2. A interposição de recurso será comunicada às demais LICITANTES, que poderão impugnar o recurso no prazo de 3 (três) dias úteis.

23.3. O recurso será dirigido a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir para a autoridade competente, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

23.4. Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista aberta à LICITANTE interessada.

23.5. Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

I - Ser devidamente fundamentados;

II - Ser assinados por Representante Legal ou Procurador com poderes suficientes para praticar o ato;

III - Ser encaminhado para o endereço eletrônico: cecon@semob.df.gov.br, endereçando-a ao presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

23.5.1. Não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados nos envelopes 1, 2 e 3 e cuja omissão não tenha sido suprida na forma estabelecida neste EDITAL.

23.6. Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

23.7. Os recursos contra os atos decisórios terão efeito suspensivo obrigatório.

23.8. O acolhimento dos recursos interpostos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23.9. Concluído o julgamento dos eventuais recursos, o resultado será divulgado no sítio eletrônico www.semob.df.gov.br e publicado no DODF.

24. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

24.1. Será adjudicado ao LICITANTE habilitado classificado em primeiro lugar pelas autoridades responsáveis pela homologação do processo.

24.2. Na eventualidade de o OBJETO não vir a ser contratado por desinteresse do LICITANTE vencedor ou pelo não comparecimento para assinatura do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá adjudicar o objeto ao LICITANTE detentor da PROPOSTA classificada em segundo lugar, nas mesmas condições oferecidas pelo LICITANTE vencedor.

24.2.1. Se houver mais de uma recusa, poder-se-á adotar procedimento idêntico para os demais LICITANTES classificados e convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

24.2.2. Proclamado o resultado final da LICITAÇÃO, o OBJETO será adjudicado ao LICITANTE nas condições propostas pelo licitante vencedor.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES ATINENTES AO CONTRATO

25. CONVOCAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

25.1. Adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, a LICITANTE vencedora será convocada para, no prazo de até 30 (trinta) dias, cumprir as formalidades necessárias, descritas nos itens seguintes, e fazer com que a LICITANTE declarada vencedora celebre o CONTRATO, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da perda da GARANTIA DE PROPOSTA e da aplicação do § 5º, do art. 90, da Lei Federal Nº 14.133/21.

I - Prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos da Cláusula 27 deste Edital;

II - A comprovação do pagamento de R\$ 2.994.654,00 (dois milhões novecentos e noventa e quatro mil seiscientos e cinquenta e quatro reais), que corresponde a 2,5% dos investimentos previstos, nos termos do art. 9º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 3.9613/2019, à empresa encarregada pela realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do PMI nº 5/2019/SEMOB;

25.2. O prazo para a assinatura do CONTRATO poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela LICITANTE vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

25.3. É facultado ao PODER CONCEDENTE, quando o LICITANTE vencedor não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo LICITANTE vencedor.

25.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescente aceitar a contratação nos termos da proposta da licitante declarada vencedora inicialmente, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

26. CONSTITUIÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

26.1. Para a assinatura do CONTRATO, a LICITANTE vencedora deverá constituir uma SPE, sob a forma de sociedade por ações, nos termos das leis brasileiras, tendo por objeto a exploração do OBJETO da CONCESSÃO.

26.2. Para a assinatura do CONTRATO, em caso de CONSÓRCIO, a LICITANTE vencedora deverá constituir uma SPE observada a composição percentual apresentada no compromisso de constituição de Consórcio apresentado na LICITAÇÃO.

26.3. A CONCESSIONÁRIA será uma SPE, constituída sob a forma de sociedade por ações, nos termos das leis brasileiras, tendo por objeto a exploração do OBJETO da CONCESSÃO e devendo, ainda, estar sediada no Distrito Federal.

26.4. O capital social mínimo da CONCESSIONÁRIA será de R\$ 11.978.614,00 (onze milhões e novecentos e setenta e oito mil e seiscientos e quatorze reais), correspondente a 10% (dez por cento) do VALOR DO CONTRATO.

26.5. A integralização do capital social da SPE se dará na ETAPA PRELIMINAR prevista no CONTRATO.

26.6. O estatuto social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar cláusula que vede alteração de seu objeto social sem prévia e expressa anuência, por escrito, do PODER CONCEDENTE.

26.7. O exercício social da CONCESSIONÁRIA e o exercício financeiro do CONTRATO coincidirão com o ano civil.

26.8. A SPE deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores), em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

26.9. A CONCESSIONÁRIA estará vinculada, durante todo o prazo da CONCESSÃO, ao disposto no CONTRATO, no EDITAL, na documentação por ela apresentada, em especial a PROPOSTA ECONÔMICA, e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação municipal, estadual, distrital e federal.

27. **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

27.1. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas pela CONCESSIONÁRIA quando da assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE o comprovante de que prestou a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, referentemente às obrigações contratuais, no valor de R\$ 11.978.614,00 (onze milhões e novecentos e setenta e oito mil e seiscentos e quatorze reais), correspondente a 10% (dez por cento) do VALOR DO CONTRATO, desde a data da assinatura do CONTRATO até o 6º ano do prazo da CONCESSÃO ou da emissão do TERMO DE ACEITE das Obras, e correspondente a 5% do VALOR DO CONTRATO no resto do período da CONCESSÃO sendo facultado à CONCESSIONÁRIA optar por uma seguintes modalidades de garantia:

27.1.1. Quando em dinheiro, deverá ser apresentada em moeda nacional (Real) ou em cheque administrativo de instituição financeira nacional.

27.1.2. Quando representada por títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômico, acompanhados de comprovante de sua validade atual, liquidez e valor.

27.1.3. Quando em seguro-garantia, deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil e as apólices deverão estar acompanhadas da comprovação de contratação de resseguro, nos termos da legislação vigente à época da apresentação.

27.1.4. Quando na modalidade de fiança bancária, deverá ter sido emitida por instituição bancária ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

27.2. A garantia deverá ser prestada em Real, e seu valor será atualizado, na mesma época, forma e periodicidade, estabelecidas na Cláusula de Reajuste da minuta do CONTRATO DE CONCESSÃO.

27.3. A CONCESSIONÁRIA e/ou seus acionistas poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da CONCESSÃO no intuito de obter financiamentos, desde que estes sejam necessários ao cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA assumidas no CONTRATO, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade dos serviços.

27.4. Para os fins deste subitem entende-se por:

I - Direitos emergentes da CONCESSÃO: todos os direitos adquiridos pela CONCESSIONÁRIA em função da assinatura do CONTRATO, incluindo, mas não se limitando, à tarifa e a créditos de outra natureza presentes e futuros detidos pela CONCESSIONÁRIA (tais como créditos decorrentes de receitas acessórias ou complementares) e as ações representativas do Capital Social da CONCESSIONÁRIA;

II - Financiamentos: quaisquer operações de crédito ou de emissão de valores mobiliários, seja no Brasil ou no exterior.

27.5. Não estão incluídos no conceito de financiamentos para os fins do item anterior deste edital os empréstimos feitos à CONCESSIONÁRIA pelos acionistas da sociedade ou por qualquer empresa que controle ou esteja sob controle comum de quaisquer de seus acionistas.

27.6. A GARANTIA DE EXECUÇÃO será prestada de acordo com as regras previstas no CONTRATO.

27.7. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida ou a sua exequibilidade.

27.8. Todas as despesas decorrentes da prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO correrão por conta da LICITANTE, da CONCESSIONÁRIA ou de seus acionistas, conforme o caso.

CAPÍTULO V – SANÇÕES

28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. A recusa do ADJUDICATÁRIO em assinar o CONTRATO dentro do prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE permitirá a aplicação de multa que será executada em favor do PODER CONCEDENTE.

28.2. Constitui ilícito administrativo sujeito a sanção específica, além das regras previstas neste EDITAL e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

I - Impedir, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem;

II - Devassar o sigilo de proposta apresentada no procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;

III - Afastar LICITANTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

IV - Desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;

V - Apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório; ou

VI - Utilizar-se de documento falso com vistas a participar da presente LICITAÇÃO.

28.3. À LICITANTE que incorrer nas faltas previstas neste EDITAL, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas de natureza civil ou penal:

I - Advertência;

II - Multa, proporcional à gravidade da falta, cujo valor máximo corresponderá ao valor da GARANTIA DE PROPOSTA oferecida;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 2 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o PODER CONCEDENTE.

28.4. Para a aplicação das penalidades aqui estipuladas serão observados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS**29. FORO**

29.1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa ao CONTRATO será resolvida no Foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, que as PARTES elegem como o único competente para tanto, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30. COMUNICAÇÕES

30.1. As comunicações dos atos mencionadas neste EDITAL, no que se refere, especialmente, ao procedimento da LICITAÇÃO, serão feitas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, mediante publicação na Imprensa Oficial e disponibilização no sítio eletrônico www.semob.df.gov.br.

31. CONTAGEM DE PRAZOS

31.1. Na contagem dos prazos a que alude este EDITAL, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia de vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

31.2. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente no PODER CONCEDENTE.

32. DO RESSARCIMENTO

32.1. Tendo em vista o [Edital de Chamamento para Procedimento de Manifestação de Interesse nº 05/2019](#) da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 182, de 24 de setembro de 2019, e o [Termo de Autorização](#), publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 225, de 27 de novembro de 2019, as empresas lá discriminadas atenderam à solicitação e manifestaram interesse em efetuar os estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica dos projetos lá demandados.

32.2. Em razão dessa autorização, o DISTRITO FEDERAL obteve os projetos, estudos, levantamentos e investigações, bem como o seu respectivo custo, que foi devidamente aprovado e deverá ser ressarcido pelo LICITANTE vencedor, nos termos estabelecidos no CONTRATO.

32.3. Caso a empresa a ser ressarcida seja a LICITANTE vencedora ou integre o CONSÓRCIO vencedor, este ressarcimento restará prejudicado.

33. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

33.1. As dúvidas surgidas na aplicação deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, respeitada a legislação pertinente.

33.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá proceder a inspeções, determinar diligências a qualquer tempo, bem como se valer de assessoria técnica, para, se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas LICITANTES.

33.3. Os termos dispostos neste EDITAL, bem como as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais ANEXOS, complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas as regras de interpretação previstas no EDITAL.

33.4. A LICITAÇÃO a que se refere este EDITAL poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada, sem que caiba às LICITANTES qualquer tipo de indenização por estes motivos, de acordo com o artigo 147, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

33.5. O LICITANTE arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua documentação e propostas, não se responsabilizando o PODER CONCEDENTE, em nenhuma hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na LICITAÇÃO ou os resultados desta.

33.6. O PODER CONCEDENTE promoverá a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Distrito Federal no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, às suas expensas.

33.7. Nenhuma indenização será devida aos LICITANTES pela elaboração e apresentação da documentação de que trata o presente EDITAL.

Brasília, 02 de fevereiro de 2024.

FLÁVIO MURILO GONÇALVES PRATES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO MURILO GONÇALVES PRATES DE OLIVEIRA - Matr.0282902-9, Secretário(a) de Estado de Transporte e Mobilidade**, em 02/02/2024, às 15:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=132683552 código CRC= **C976FB11**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

(61) 3043-0408